

DEM e PSDB garantem fidelidade a Temer

Parlamentares baianos de ambos os partidos dizem que não discutem o impeachment

ROMULO FARO
REPÓRTER

Presidente do Democratas (DEM) na Bahia, o deputado federal José Carlos Aleluia garante em entrevista à *Tribuna* que, embora seja o primeiro na linha sucessória da presidência da República, seu partido não tem interesse na queda de Michel Temer para assumir o cargo, na pessoa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "Nós estamos trabalhando para manter o presidente. Não discutimos a saída dele. Queremos que o governo Temer prossiga e que as reformas tenham continuidade. Não para o bem de nenhum partido político, mas pelo bem dos brasileiros. O Democratas não discute assumir a presidência, porque não discute a saída do presidente".

Aleluia minimizou a guerra entre parlamentares e partidos que discutem eleição indireta versus eleição indireta no caso de Temer renunciar ao cargo ou ser destituído. Assim como disse o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), Aleluia reiterou que o Democratas "defende a rigor a Constituição", que prevê eleição indireta neste caso. Se Temer cair, Rodrigo Maia assume a presidência da República e convocará o Congresso a escolher um novo chefe do Executivo brasileiro. "Cumpriremos a Constituição em qualquer hipótese".

E no momento, cumprir a Constituição significa manter o presidente no posto. É por esse propósito que o Democratas trabalha hoje", assegura Aleluia. Já para o deputado Lúcio Vieira Lima, do PMDB e linha de frente de Temer no Congresso, a discussão sobre

eleições diretas ou indiretas não tem valor. Em entrevista à *Tribuna*, o peemedebista descartou a possibilidade de o presidente renunciar ou ser deposto. "Sem dúvida nenhuma ele consegue atravessar essa turbulência. A cada dia que passa você vê que o povo quer as reformas prosseguindo. Muita gente fala que ele tem sido um bom presidente, com coragem para enfrentar as dificuldades e fazer as reformas, mesmo que isso lhe causa impopularidade. O brasileiro sabe diferenciar a postura administrativa do presidente da postura política. E do ponto de vista jurídico, ele já faz sua defesa. Temos aí provas de que as gravações foram editadas. O vídeo saiu mostrando que não era como se dizia. Enquanto isso o Brasil não para. Já aprovamos sete MPS (medidas provisórias) nesta semana, o relatório da reforma trabalhista já foi lido no Senado... O Brasil está andando", disse Lúcio, que é presidente da Comissão de Reforma Política na Câmara.



JOSÉ Carlos Aleluia assegurou que trabalha para manter Michel Temer no poder, e que o DEM não tem interesse na Presidência

“Vão tirar o presidente para quê?”, minimiza deputado

O deputado também não acredita que DEM e PSDB, principais aliados, desembarcarão do governo. "Partidos que se colocam como possíveis herdeiros da vaga se ele renunciasse são os mesmos partidos que pediram o impeachment de Dilma. Esses partidos votam com o governo para não passar como traidores. Não vejo esse risco, sinceramente. O PSDB tem cinco ou seis ministérios. Eles diriam o que a população? 'Tiramos a Dilma simples-

mente num jogo de poder pelo poder? Seria ruim para eles diante da população. Eles não vão queimar seu futuro. Não vejo como eles deixarem a base. Rodrigo Maia tem sido muito correto. É o mesmo caso do PSDB. O DEM apoiou Temer por causa das reformas. Eles vão tirar o presidente para quê? Simplesmente para Rodrigo assumir?", questiona Lúcio Vieira Lima.

Sobre o coro por eleições diretas, o peemedebista afirma que o

PT faz apenas "discurso para inflamar", e que o partido sabe que não há viabilidade. "Nem mesmo Lula quer eleição direta. O PT não quer. Eles querem mesmo que a situação continue assim. Eles sabem que não há essa possibilidade. É só discurso. Quando houve a campanha das 'Diretas, Já', contra a ditadura, havia legitimidade pelos políticos que capitaneavam aquele movimento. Hoje a oposição não tem essa dignidade", conclui. (RF)

Lúcio ironiza críticos de Temer: ‘Paladinos da moralidade’

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

O deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB) ironizou ontem os críticos do presidente Michel Temer (PMDB), que recebeu o dono da JBS, Joesley Batista, no Palácio do Jaburu em abril. "Houve a gravação [de Joesley Batista, da JBS] e está no Supremo com inquérito. Aqui no Brasil tem essa coisa de que está com inquérito, já está condenado e não é nada disso. Em Brasília, temos muitos paladinos da moralidade. Temos que aguardar a parte jurídica", disse em entrevista à rádio Metrôpole. "Eu lamento porque o Brasil estava voltando a crescer. Nós tínhamos sinal positivo da economia. Ontem as contas do governo deram sinal positivo. Acabou aquela farrá de gastação que havia no governo. O momento agora é para voltar a trabalhar", prosseguiu.

Lúcio disse ainda que não vê

nada de errado no fato de o presidente ter recebido o empresário. "Se for por questão de receber investigado, o presidente não vai poder receber nenhum dos seus ministros, nem o presidente da Câmara e nem do Senado, porque eles são investigados. Deve ter mais de 10 ministros que são investigados. A questão não é de ser investigado ou não. Ele é um grande empresário que gera mais de 200 mil empregos. Se falassem em tirar fotos com o empresário antes de acontecer, todo mundo ia querer", pontuou, acrescentando que o governo espera a perícia para saber se houve edição nas gravações. "Eu não vejo a maior gravidade em receber o empresário. O grave é o conteúdo se confirmar que houve beneficiamento do empresário", acredita.

A divulgação do áudio e a delação de Joesley pode levar à queda do presidente, que já sofre um pro-

cesso de cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi alvo de 16 pedidos de impeachment na Câmara desde a última semana. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu a convocação dos irmãos Joesley e Wesley Batista, do Grupo JBS, e do procurador-geral da República Rodrigo Janot como testemunhas na ação pelo impeachment do presidente Michel Temer (PMDB). A entidade máxima da Advocacia denunciou o peemedebista por crime de responsabilidade, em violação ao artigo 85 da Constituição. Além de Joesley, Wesley e Janot, a Ordem incluiu no rol de testemunhas outros dois executivos da J&F, que controla a JBS, Ricardo Saud e Francisco de Assis e Silva. No último sábado (20), o Plenário do Conselho Federal da OAB deliberou por 25 votos a 1 o pedido de instauração do processo de impeachment de Temer.



LÚCIO disse que encontro de Michel Temer com Joesley Batista não 'teve nada de errado'

Previdência municipal é discutida em audiência pública na Câmara de Salvador

DA REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) fez ontem uma audiência pública para debater a matéria proposta pela prefeitura que prevê a transição da gestão do fundo do Instituto de Previdência do Salvador (Previs) para a estrutura da Secretaria Municipal de Gestão (Semge). A proposta cria ainda o Conselho Municipal de Previdência do Servidor (Compres) e Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Previdência do Servidor. Presidente da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar e Previdência Social, o vereador Duda Sanches (DEM) conduziu o debate, e disse que pensar a gestão do Fundo Municipal da Previdência do Servidor (Fumpres) é pensar no futuro. "Essa mudança causa uma redução na quantidade de cargos, isso já vai trazer uma economia para o município desde o primeiro momento. Além disso, estamos falando de sistema mais seguro, mais maduro para a gestão dos direitos dos servidores", disse o democrata Duda.

"A gente vê o impacto financeiro que a previdência tem nas gestões públicas. A prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, não está pagan-

do seus aposentados. Ao se posicionar sobre a gestão do fundo, a prefeitura está garantindo que o Fumpres não vai causar surpresas no futuro e nós vamos ter condições de pagar a aposentadoria dos nossos servidores. A prefeitura está mais uma vez colocando os servidores como a parte mais importante de sua gestão", acrescentou Duda Sanches.

O presidente da Previs, Daniel Ribeiro, destacou que o projeto de lei não muda em nada os direitos previdenciários e contempla basicamente uma mudança de estrutura, já aprovada pela Câmara Municipal na Lei da Reforma Administrativa votada no ano passado. "A gente só está concretizando o que foi decidi-

do no ano de 2016. Basicamente iremos pegar o fundo que está sendo administrado por meio de uma autarquia e trazer para dentro de uma secretaria.

Ele continua tendo autonomia e, por determinação legal, continuará com setor contábil e financeiro próprio. Teremos uma gestão mais eficiente e com menor custo", defendeu Daniel Ribeiro. Atualmente, a Previs faz a gestão da previdência de 24.963 servidores ativos, 7.229 servidores inativos, 22.109 dependentes e 3.873 pensionistas. Os servidores municipais contribuem mensalmente com 11% dos seus salários para o Fumpres, a prefeitura arca com um outro montante.



PROJETO prevê a transição da gestão do fundo da Previs para a Secretaria de Gestão (Semge)

Oposição discorda da proposta do Executivo

O vereador Sílvio Humberto (PSB) discorda da alteração. "Não se sabe o tamanho do patrimônio e nem do déficit do Fumpres. Quando se propõe a gerir algo, deve-se saber o seu escopo. O governo federal está discutindo uma reforma em que perdemos muitos direitos, então se você pro-

põe qualquer mudança relacionada a este tema ela deve ser amplamente discutida. É precoce propor a votação dessa reforma para o dia 31 de maio tendo tido apenas uma audiência pública sobre o assunto", argumentou o socialista.

Sílvio Humberto também ques-

tionou a escolha dos membros do Comitê e do Conselho pelo prefeito. "Estamos discutindo o futuro no presente e os únicos passageiros são o prefeito e os secretários. Os servidores permanecem. Então eles precisam fazer parte das discussões e decisões", defendeu o vereador.